



ENSINO SUPERIOR

Privados querem fim do teto de 30% de alunos estrangeiros

António Almeida-Dias, presidente da APESP, pede à ministra Elvira Fortunato para acabar com o limite no número de estudantes de fora que podem frequentar o ensino superior particular.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

António Almeida-Dias considera errado o Estado impor limites ao número de estudantes estrangeiros que os particulares podem receber. Ao JE Universidades, o presidente da Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado (APESP) pede

o seguinte exercício: "Imagine-se que em qualquer outra actividade económica o Governo procedia também a este limite. Por exemplo, uma empresa não poder exportar mais de 30% da sua capacidade produtiva para o estrangeiro, ou uma outra empresa portuguesa só lhe permitirem que 30% dos seus clientes sejam internacionais. Não faz qualquer sentido".

Expliquemo-nos. Em Portugal, o número de estudantes estrangeiros que uma instituição particular pode receber está estabelecido. A última fixação do limite de 30% de estudantes internacionais foi feita a 10 de junho de 2021, através do despacho 6422/2021 assinado pelo antigo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor.



Manuel de Almeida/Lusa

Na primeira reunião que manteve com a nova ministra Elvira Fortunato, António Almeida-Dias, também recentemente eleito presidente da APESP, pôs o tema em cima da mesa e pediu a Elvira Fortunato que ponha fim à quota de alunos estrangeiros. Mais tarde, reafirmou o pedido em carta enviada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

"Consideramos que o fim desta quota é indispensável para reforçar a qualidade e competitividade do ensino superior português", afirma António Almeida-Dias ao JE Universidades.

"Há anos — explica — que tentamos sensibilizar os responsáveis com a tutela do ensino superior para a urgência em acabar com este constrangimento: ela afeta, não só o desempenho e impacto das atividades de internacionalização do ensino superior português num contexto multidisciplinar, como também a própria economia do país e a sua diversidade social e cultural".

O responsável pelos estabelecimentos particulares diz ainda que a restrição imposta pelo Estado contraria frontalmente as recomendações que a OCDE fez nos últimos dois anos sobre o ensino superior português e lembra que estes estudos estiveram na base da criação do estatuto do estudante internacional.

"Foi isso mesmo que tivemos oportunidade de transmitir à atual

ministra Elvira Fortunato na reunião em que nos recebeu. E, mais recentemente, voltámos a reiterá-lo na carta enviada para o Ministério", salienta.

Ao Estado cabe fiscalizar

Em Portugal compete à agência de avaliação e acreditação do ensino superior A3ES autorizar os cursos e avaliar em permanência a qualidade do ensino ministrado nas instituições. É isto que, segundo os privados, o Estado deve limitar-se a fazer. "O papel do Estado deve passar apenas por garantir a fiscalização da qualidade do ensino que é prestado nas universidades e nas escolas politécnicas do sector particular, social e cooperativo, avaliando se estas cumprem as condições previstas na lei", afirma António Almeida-Dias.

E acrescenta: "Não faz sentido extravasar essas competências, limitando a autonomia das instituições, a qual está protegida constitucionalmente pelo princípio das liberdades fundamentais de aprender e de ensino".

A premissa dos privados é a seguinte: As universidades e as escolas politécnicas privadas têm projetos educativos próprios e são financiadas diretamente pelas propinas pagas pelos alunos, sendo que os gastos dos estudantes oriundos de outros países contam como exportações, em nada pesando as contas do Estado. Mas mais, dizem: "os estudantes estrangeiros

que vierem estudar para o nosso país irão não só enriquecer a sociedade portuguesa como, também, vão animar a economia e criar emprego altamente qualificado, que é exatamente aquilo que Portugal precisa".

Na perspetiva dos particulares, o limite de 30% imposto no número de estudantes internacionais que podem receber é um entrave ao crescimento do sector, compromete a sua sustentabilidade e ameaça o futuro, que já de si não se afigura risonho.

"As projeções demográficas sobre Portugal são preocupantes e indicam que, nas próximas décadas, não existirão alunos suficientes para todas as instituições de ensino superior do país. Como tal, não será possível preencher as vagas de estudantes recorrendo exclusivamente aos jovens portugueses", justifica o presidente da APESP.

Para o futuro, António Almeida-Dias defende o mesmo que outros decisores públicos têm vindo a defender nos últimos anos, com destaque para o anterior secretário de Estado do Ensino Superior, Sobrinho Teixeira: um Portugal exportador na área do ensino superior. O exemplo apontado é a Austrália, um país-continente com uma economia poderosa na qual a educação é a terceira maior exportação, apenas superada pelo minério de ferro e pelo carvão. Mais de meio milhão de estudantes internacionais matriculados em 2019, antes da pandemia da Covid-19, rendiam à Austrália 22 mil milhões de dólares.

"Em Portugal essa receita chegaria para pagar todos os anos o Serviço Nacional de Saúde e os ensinos básico, secundário e superior públicos juntos", conclui a Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado.

Os privados querem mesmo ter uma palavra a dizer nesse Portugal Exportador, mas, afirmam, que tal não se compadece com a existência do limite atual dos 30% estabelecido por Manuel Heitor. ■

Ex-presidente da APESP lidera associação europeia de ensino superior

João Redondo, que até recentemente liderou a Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado (APESP) é o novo presidente da Aliança das Instituições de Ensino Superior Não Estatais na Europa (EUPHE), em representação da associação nacional. Esta rede europeia representa cerca de 700 instituições universitárias e politécnicas particulares e cooperativas, nas quais estudam cerca de 1,5 milhões de estudantes em países como França, Alemanha, Espanha, Áustria, Irlanda, Polónia, Eslovénia e Portugal. A EUPHE afirmou-se, nos últimos anos, uma importante rede de intercâmbio entre centros de investigação de universidades privadas, aproximando as áreas científicas em que cada instituição trabalha.



Número 20
JULHO

Caderno publicado como suplemento do Jornal Económico nº 2153.
Não pode ser vendido separadamente.

Director: Filipe Alves
Subdirectores: André Cabrita-Mendes, Lígia Simões, Nuno Vinha e Ricardo Santos Ferreira
Director de Arte: Mário Malhão

Universidades

www.jornaleconomico.pt Boletim de informação académica



APRENDIZAGEM

Católica-Lisbon ensina os segredos das empresas familiares em disciplina comum aos quatro cursos

Mastering Family Businesses é uma cadeira optativa, transversal aos quatro programas de licenciatura dedicada à gestão dos negócios familiares.

ALMERINDA ROMEIRA
aromeira@jornaleconomico.pt

As empresas familiares são, na maior parte dos casos, a força de um país. Em Portugal representam cerca de 75% do tecido empresarial. Todavia, a informação é sempre passada de forma informal e se e quando algo não corre bem, o segredo do avô pode perder-se. Aí entra a nova disciplina da Católica Lisbon School of Business & Economics, que permite aos alunos compreender o fundamental sobre este ambiente empresarial.

"Mastering Family Businesses vem realçar a importância dos negócios familiares no tecido empresarial português, formando os jovens alunos, que serão os gestores de amanhã, para as características específicas da gestão de negócios familiares", explica Liliana Dias, responsável pela disciplina ao JE Universidades.

A disciplina semestral, com três

horas de carga semanal, é oferecida durante os dois semestres anuais. Faz parte do portefólio de disciplinas optativas nos programas de licenciatura da CATÓLICA-LISBON por hábito lecionadas no último ano. "Os programas estão desenhados de forma a permitir aos alunos no seu 3.º ano de licenciatura obterem o máximo de experiência em assuntos empresariais e económicos, tendo em atenção as necessidades do mercado empresarial", justifica Liliana Dias.

As aulas são essencialmente práticas, com a apresentação de casos de empresas portuguesas como Vista Alegre, CUF, Delta, Sogrape ou grandes conglomerados como da Hermès, Henkel, Ford, El Corte Inglés e Zara. Um painel de convidados de renome é chamado a prestar testemunho sobre a realidade e os desafios das empresas familiares. Rui Miguel Nabeiro, CEO do Grupo Nabeiro-Delta Cafés, Alexandre Dias da Cunha, consultor na Cambridge Advisory

Group e Lídia Tarré, administradora da Gelpex figuram entre eles.

A realidade portuguesa das empresas familiares estende-se ao resto da Europa, onde se verificam proporções desde 65% no Reino Unido a 85% na Espanha, Áustria e Finlândia, mas também ao outro lado do Atlântico, onde 37% do "Fortune 500" são empresas familiares. "O que torna este tipo de organização muito especial e diferente das restantes — explica Liliana Dias — são características como

o vínculo emocional criado entre a família e a comunidade local que se estende ao longo de décadas e gerações. Compreender este vínculo é conseguir uma ferramenta poderosa e distinta, impossível de reproduzir, que confere à organização um recurso raro e inimitável, contribuindo assim para uma vantagem competitiva face aos seus concorrentes".

No esforço de atualização e de abordagem de temas relevantes, a CATÓLICA-LISBON introduziu, nos últimos anos, várias disciplinas que permitem a obtenção de skills diferenciadores e aumentar a sua diferenciação do aluno quando este chega ao mercado de trabalho. Disciplinas de Applied Data Science ou Artificial Intelligence refletem o esforço em dotar os alunos de skills analíticos atuais, enquanto disciplinas relacionadas com Responsabilidade Social ou Sustentabilidade refletem o esforço de abordar temas da maior importância empresarial nos tempos atuais. ■

Em Portugal, as empresas familiares representam cerca de 75% do tecido empresarial, um pouco mais do que no Reino Unido e abaixo da Espanha ou da Áustria

OPINIÃO

Pedro Saraiva, Diretor da NOVA IMS, analisa a importância e valorização dos dados ■ P2

ENSINO SUPERIOR

Privados querem fim do tecto de 30% de alunos estrangeiros

António Almeida-Dias, presidente da APESP, pede à ministra Elvira Fortunato para acabar com o limite no número de estudantes de fora no ensino superior particular. ■ P3

TAGUSPARK

Técnico torna-se palco mundial da ciência e tecnologia espacial até agosto



Rogério Colaço
Presidente do Instituto Superior Técnico

Pela primeira vez uma Escola portuguesa recebe o Programa de Estudos Espaciais da International Space University. O Técnico vai receber a elite mundial do sector. ■ P4

INVESTIMENTO

Residência universitária de 3,6 milhões nasce em Benfica ■ P5

CIÊNCIA

Tecnologia do INESC TEC vai monitorizar doentes com Parkinson ■ P6